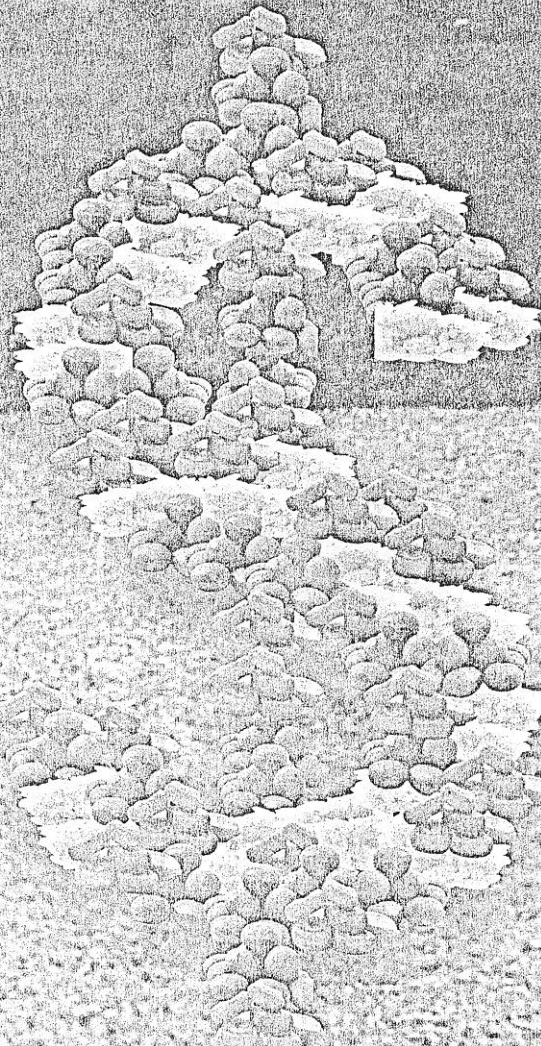


15557

Campo & Negócios

Revista

www.revistacampoenegocios.com.br - Ano V Nº 57 - Novembro 2007 • R\$ 9,90



AG INFLATION
QUANTO CUSTA PRODUZIR?



DO TRIGO SE FAZ O PÃO

Fotos: Embrapa trigo

Joaquim Soares Sobrinho
Pesquisador da Embrapa Trigo

Grande parte do povo brasileiro, principalmente aquele das grandes cidades, muitas vezes não tem conhecimento de onde vêm os alimentos que chegam à sua mesa. Muitas pessoas podem até questionar se realmente faz-se necessário ter essa informação. É lógico que sim. Não adianta lutarmos para ter alimento barato, se apenas um dos elos da cadeia produtiva for sacrificado pelos custos dessa aventura.

Se as pessoas cada vez mais procurarem se informar sobre cada uma das peças que compõem a engrenagem social, com certeza poderão interferir no desempenho de diferentes setores das atividades produtivas, não só para reivindicar benefícios, mas também na definição de políticas que assegurem o fortalecimento de cada elo da cadeia.

O que teria o título desta matéria - "Do trigo se faz o pão, macarrão..." -, a ver com toda a exposição anterior? Tem tudo a ver. Será que existem agricultores de regiões potencialmente produtoras de trigo, como o Brasil Central, porém, com pouca ou nenhuma tradição nesta atividade, que não sabem para que serve a matéria-prima, grão de trigo? O mais provável é que existam. Ora, se parte deste segmento, que está mais afeto não sabe, quem diria o cidadão que vive nos centros urbanos!

A lógica da desinformação leva às dificuldades pelas quais o cidadão comum não consegue entender por que o preço do pãozinho francês já aumentou 5% e vai aumentar outros 10% até o final do ano, além de 10% já registrados nos preços das massas e biscoitos, segundo os próprios fabricantes. A compreensão de tudo isto seria muito mais fácil se o consumidor soubesse que a farinha é produto de transformação de um nobre grão colhido lá na Argentina, o qual foi o primeiro a ter majoração de preço semelhante ou até superior.

A coisa fica ainda mais clara quando percebe-se que em torno de 75% do nosso abastecimento é dependente de importação, pior ainda, que ao longo de mais de vinte anos a Argentina é, praticamente, nosso único fornecedor.

Como uma coisa leva a outra, o cidadão que não é bobo nem nada, logo é levado a pensar: e o nosso País, com esta vastidão de terras, não poderia produzir o trigo que consumimos? É lógico que pode. Mas, ele não sabe que teve uma época, nos anos 80, que chegamos a ser auto-suficientes, com quase 6,0 milhões de toneladas colhidas.

Trigo nacional

O cidadão fica mais intrigado ainda: o que aconteceu depois disto? O que ele também não sabe é que até o final

dos anos 80, o governo comprava toda a produção nacional de trigo e a distribuía aos moinhos, num sistema de cotas pré-estabelecido, garantindo ao produtor a certeza da comercialização da sua produção.

Daí em diante, o governo de Fernando Collor decidiu extinguir a política da compra estatal do trigo, delegando, portanto, esta atribuição à própria indústria moageira. Surgem daí mais questionamentos: o que aconteceu com o trigo nacional?

O resultado desta política foi desastroso para a triticultura nacional. O produtor submetido a uma pesada concorrência com o trigo importado, na maioria das vezes portador de alguma forma de subsídio, deparou-se com a triste realidade de ter de abandonar a atividade. Diante disto, a área plantada foi-se reduzindo ano a ano, para chegar a uma produção de apenas 25 % da nossa demanda.

O tempo passou, a população aumentou, mas, e aí, o que mudou com relação ao assunto trigo? Do ponto de vista das importações nada mudou, mas a necessidade de produzir aumentou, o consumo passou de 6,0 milhões de toneladas, no final dos anos 80, para cerca de 10,5 milhões atualmente.

Com relação a esse assunto, se considerarmos que o consumo per capita anual de países como Argentina é de 91 kg e a média mundial é de 84 kg, existe

grande folga para expansão do consumo no Brasil, cuja média per capita é de 52 kg/ano, variando de 22 kg no Centro-Oeste a 61 kg na região Sul. Isto demonstra que o aumento na produção parece ter uma tendência contínua.

Diante desse quadro, o cidadão deve continuar imaginando que o nosso destino será importar eternamente. Parece que este é o caminho mais cômodo, mas diante dos últimos acontecimentos, mais uma vez, ficou demonstrado que não podemos continuar tão dependentes da importação de trigo. Hoje, segundo a Safras & Mercado, dependendo da região do país, paga-se 65% a mais pelo trigo argentino, do que em igual período do ano passado.

Segundo projeções do próprio governo, o consumo do trigo no Brasil será de 12,7 milhões de toneladas em 2014/15, quando deveremos estar produzindo 7,4 milhões de toneladas e importando outros 6,3 milhões. Ora, produzir 7,4 milhões de toneladas é uma meta que pode ser atingida com facilidade, mas, para isto, desde já, precisam ser criados mecanismos que assegurem ao produtor capacidade de competir com o trigo importado. Não se trata de subsídios, mas definição de políticas que dêem confiança ao produtor de que ele possa cobrir seus custos e ainda ser remunerado pelo seu trabalho, como em qualquer outra atividade.

Aumento de preços

O aumento dos preços atuais do trigo no Brasil está atrelado não apenas às determinações do governo argentino, mas à escassez do produto no mercado mundial, fazendo com que a relação estoque/consumo despencasse gradativamente, até chegar ao atual valor de 18,1%.

Como tudo tem um porquê, esta redução gradativa na tal relação teve como origem o significativo decréscimo na área de cultivo (12 milhões de hectares) e, conseqüentemente, na produção (50 milhões de toneladas) dos países Argentina, Austrália, Canadá e Estados Unidos, entre 1996/97 e 2002/03. Este grupo, responsável por 46% das exportações mundiais de 2002/03, passou a 70% em 2003/04. Este último percentual foi devi-

do ao retorno ao aumento da produção, que ainda não foi suficiente para recuperação dos estoques mundiais.

O certo é que os recentes aumentos verificados nos preços do trigo são reflexos da "onda energética". Artigo publicado na Gazeta do Povo, "O agrocombustível e a crise energética", resalta que países como Estados Unidos, Europa, China, Japão e outros se comprometeram a usar 10% ou mais de combustíveis alternativos. Neste mesmo artigo ainda é destacado que a Organização Mundial para Alimentação, órgão ligado à ONU, prevê que a demanda por biocombustíveis irá crescer 170% nos próximos três anos, e resalta também que a OCDE, clube dos trinta países mais ricos do mundo, em seu relatório, indica alta nos preços dos alimentos entre 20 e 50% durante a próxima década.

Diante do apelo altista mundial provocado pelo cenário exposto, o preço do milho dobrou nos últimos doze meses e o do trigo subiu mais de 50%.

Mesmo que os preços dos diversos produtos agrícolas se arrefeçam durante suas respectivas safras, é provável que

eles acomodem-se em patamares capazes de tornar a produção de alimentos uma atividade bastante competitiva.

Pelo que está se desenhando, o milho deverá ser a fonte de alimento animal e humano que mais será desviada para produção de energia, o que aumentará a demanda pelo trigo que, provavelmente, será seu substituto imediato. Assim sendo, estará na hora de contar com a grande contribuição que os cerrados do Brasil Central podem dar para reduzir a dependência do trigo importado. A preços remuneradores, com certeza, milhares de hectares, com ou sem irrigação, serão semeados com trigo nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Bahia.

O fato das unidades moageiras da região do Brasil Central estarem longe das estruturas portuárias do país e dos estados maiores produtores de trigo denuncia o frete como um fator limitante da capacidade de competição dessas unidades. Este fato, por si só, já seria suficiente para a definição de políticas que conduzissem ao aproveitamento do imenso potencial dos cerrados do Brasil Central para produção de trigo. •

